Que todas as associações de literatos e jornalistas, professores e operários, médicos e advogados, comerciais, etc., todas as colectividades representativas da actividade humana dêem a esses heróicos combatentes, que da França e do mundo clamam justiça, o esforço de suas almas e esse santo humano, mártir do pensamento livre, há-de ainda e para já ver sorrir-lhe o bondoso Sol das suas manhãs doiradas!!

Lixa, Setembro de 1906.

Leonardo Coimbra.»

3. Dois complementos deste último artigo

3.1. O Caso Ferrer. O Norte. 1906 (2061) p. 1.

«O ilustre académico e nosso prezado amigo e colaborador distintíssimo Leonardo Coimbra acaba de enviar da Lixa, onde se encontra passando as férias, ao Snr. Buisson, de Paris, uma mensagem de adesão ao movimento francês sobre o caso Ferrer, assinada por 50 cidadãos da vila da Lixa.»

3.2. Justiça e Liberdade. O Norte. 1906 (2074) p. 1.

Leonardo Coimbra, o nosso talentoso colaborador, envia-nos a seguinte carta:

«Meu amigo — Peço-lhe a publicação no seu jornal, desta carta elucidativa do meu artigo — Justiça e Liberdade — publicado em artigo de fundo no número de terça-feira, 11 de Setembro.

Nesse artigo, por uma traição da memória, troco o nome do jornalista Nackens, a quem as minhas considerações eram dirigidas, pelo do também jornalista e pedagogo Ferrer.

Na mensagem por mim enviada ao Snr. Buisson e assinada por cinquenta cidadãos desta localidade desfiz o engano.

Aí, garantindo a adesão fervorosa a tudo o que de justo e humanitário se fizer por Ferrer e restantes acusados, protesto a maior admiração pela sublimidade moral de Nackens e a mais ardente revolta pela sua prisão legal, mas imoral.

O meu sentimento de justiça pede-a para todos os acusados, mas o culto é para esse sublime incompreendido e perseguido, que no calendário humano é o santo Nackens.

Seu amigo,

Lixa Leonardo Coimbra.»

ÂNGELO ALVES

Actas do I Congresso Espanhol de Filosofia Medieval: *Os limites da razão no pensamento medieval*

CONGRESO NACIONAL DE FILOSOFIA MEDIEVAL, 1º - *Actas*.
Coord. Jorge M. Ayala. Zaragoza: Ed. Sociedad de Filosofía Medieval;
Ibercaja, 1992. 520 p.

Revista Española de Filosofía Medieval. [Zaragoza: Sociedad de Filosofía Medieval; Servicio de Publicaciones de la Universidad de Zaragoza] 1993 (0). 286 p.

Talvez a característica mais profunda da filosofia medieval seja o lugar central que nela ocupam os textos, evoluindo em escuta atenta dos seus sentidos e implicações, na recuperação e transmissão de teorias, de conceitos, de métodos, de vivências. Esta importância dos textos não constitui um fechamento da filosofia sobre si mesma, mas o elemento mais poderoso de um processo firme de ampliação das expectativas de compreensão de *tudo* o que pode ser conhecido e do qual emerge o novo. Pode por isso dizer-se que, de algum modo, os textos são e delimitam o campo de legitimidade da «razão medieval». As leituras e interpretações ou manipulações a que os textos eram submetidos induziam nas teorias todo o tipo de soluções ou de problemas que hoje desafiam a curiosidade do historiador e do filósofo. A sede de textos, profanos ou religiosos, formalizados ou especulativos consumia-se em *leitura*, em *escuta pública*, em *escrita* numa busca imoderada da compreensão do mundo e dos segredos do divino. A apropriação do real perpassa os textos em que é interpretado e explicado, pelo que o texto é essencialmente um *mediador* de experiência, reflexão, conhecimento, ciência e sabedoria. Para o medieval os textos são o que permite interpelar o real por dentro, torná-lo discussão. Discussão essa que não poderá nunca ser compreendida na sua complexidade se não se tiverem também em conta os quadros históricos e institucionais em que decorria. Desta centralidade dos textos e da importância que neles assumia a questão teológica, tem-se retirado uma imagem de aparente homogeneidade e unidimensionalidade da produção filosófica medieval, que na realidade é um pensamento de contínuos renascimentos e rupturas, de tal modo que apenas por distração, facilidade de discurso, ou hábito podemos falar ainda de unidade da filosofia medieval.

Cada congresso sobre a filosofia medieval, dos vários que nesta segunda metade do século XX se têm sucedido, é bem o exemplo da pura diversidade de problemas, perspectivas e escolas, que caracterizam estes 10 séculos da idade do meio das civilizações mediterrânicas. Congressos estes que também permitem verificar ao vivo as sensíveis deslocações no modo de encarar o

pensamento medieval, hoje olhado com menos preconceitos, mas que, paradoxalmente, ao contemporâneo leitor de filosofia ainda surge como mais distanciado que o pensamento grego antigo, apesar de mais próximo nos temas e no tempo.

Um bom exemplo da diversidade do pensamento medieval e da renovação da medievística encontramos-lo no Primeiro Congresso Espanhol de Filosofia Medieval (Saragoça, 12 a 14 de Dezembro de 1990), subordinado ao tema *Os limites da razão no pensamento medieval*, cujas actas são agora publicadas. O volume de *Actas* apresenta-nos 6 conferências e 35 comunicações e no nº 0 da *Revista Española de Filosofia Medieval* foram publicadas as restantes 29. Para quem folheia estes volumes um dos méritos maiores do Congresso é a qualidade geral de comunicações, a diversidade de temas, a amplitude temporal que abarca, sinais bem evidentes da renovação e pujança dos estudos medievais em Espanha.

Procurar *os limites da razão no pensamento medieval* é em parte buscar linhas de fissura disciplinar no pensamento de uma época onde paradoxalmente não existiam as divisões disciplinares a que o nosso olhar está habituado. Na Idade Média as grandes diferenças são ideológicas ou de escola. Só a partir do início do século XIII o aparecimento da Universidade e a sua divisão em Faculdades começará a trabalhar o saber por dentro, introduzindo o conflito de faculdades e disciplinas. *Os limites da razão* são por isso apreendidos nas linhas de contacto, contaminação ou oposição entre conceitos e *modi operandi* característicos de cada modo de conhecer e de cada problema. Daí a diversidade temática das comunicações, que vão da filosofia à teologia, da lógica à epistemologia, da mística à ética, da poesia à prosa, do direito à política, da estética à gnosiologia, da metafísica à ontologia, da física à zoologia, etc.

Como é habitual no pequeno espaço de uma comunicação, a maioria dos estudos ocupa-se do trinómio: *tema na obra* de um *autor*. Mesmo assim abundam estudos comparativos, ou sínteses sobre temas específicos do pensamento medieval. Mas convém não esconder que a quantidade também encobre uma certa desigualdade na qualidade e fundamentação dos estudos, havendo ainda a assinalar em alguns a defesa de perspectivas hoje datadas sobre a filosofia medieval, ou outros que convém usar com reserva e após verificação dos textos dos autores estudados. Os de qualidade sobrepreem-se claramente.

Sob o vasto tema do Congresso foram pois apresentados estudos que em diversidade de áreas e de abordagens oferecem um vasto panorama da abertura temática da racionalidade medieval. O leque cronológico vai de Agostinho de Hipona a Vicente Ferrer, abrangendo ainda Boécio, Escoto Eriúgena, Abu Bakr, Sohrawardi, Ibn Bayya, Algazel, Avicena, Abenhazen, Averróis, Anselmo, Abelardo, Roger Bacon, Pedro de Compostela, Boaventura, Alberto Magno, Occam, Tomás Bradwardine, Raimundo Lúlio, Nicolau de Cusa, para além de Tomás de Aquino que é o autor mais estudado (19 comunicações). Merece ainda destaque o facto de serem tratadas as três tradições culturais co-existentes na Península durante a Idade Média: judaísmo, islamismo, cristianismo, mas não se encontrando estudos sobre o diálogo de culturas.

Não sendo possível dar o devido relevo aos 71 estudos publicados nas *Actas* e na *Revista*, convém assinalar algumas das suas singularidades, sobretudo patentes em 4 das 6 «ponencias» ou conferências com que abre o volume de *Actas*, que apresentam meticolosas sínteses de alguns dos aspectos maiores da racionalidade e das áreas de fronteira do pensamento medieval.

Alvaro Huerga em «Maestros espirituales en la Edad Media» (p. 25-44) apresenta uma pessoal sistematização dos períodos e suas características da mística medieval. A generalidade das comunicações buscam também a inteligibilidade das conexões entre a fé e a razão, cruzando temáticas filosóficas e teológicas.

Joaquín Lomba Fuentes em «La razón y la estética medieval» (65-91) retomando a ideia de Gilson de que uma mesma cosmovisão perpassa na filosofia e na arte medievais através de diferentes linguagens, procura o Deus e a natureza que a arte medieval expressam, atendo-se simultaneamente à textualidade filosófica e teológica e à análise formal da arte. Apesar do fascínio do homem medieval pelo símbolo e pela representação e suas interpretações não se encontram, em ambos os volumes, outros estudos sobre a estética medieval.

Vicente Muñoz Delgado, o incansável historiador da lógica medieval e peninsular, em «La lógica medieval» (93-128) propõe uma documentada síntese da história da lógica medieval, começando com uma nota sobre a respectiva historiografia no último século. Usando uma metodologia continuista destaca os principais autores, analisa brevemente os tratados mais importantes e influentes e segue o rasto da teoria da inferência (*consequentia*) e a teoria das propriedades dos termos, teorias que considera as inovações centrais da lógica medieval. Sobre lógica e epistemologia foram ainda apresentadas uma boa meia dúzia de comunicações.

«La filosofía árabe medieval» é analisada por Rafael Ramón Guerrero (129-157), que na tradição dos grandes arabistas espanhóis, de que se encontra exemplo em outras comunicações, estuda os autores árabes nas suas obras mesmas (e não nas traduções e versões latinas que se difundiram e tanto influenciaram o mundo cristão), para constatar também nessa civilização monoteísta a íntima ligação da filosofia à interpretação da Lei e a importância dadas pelos seus filósofos à religião, reconhecendo simultaneamente a universalidade da razão e a sua superioridade como guia autêntico do homem.

A qualidade, a quantidade e a diversidade das comunicações é apenas um dos frutos deste congresso. De facto, aí foi também fundada a Sociedade de Filosofia Medieval (SOFIME) de Espanha que posteriormente iniciou a edição da revista citada acima.

Seria interessante que esta Sociedade de Filosofia Medieval criada em Espanha pudesse vir a dar origem a uma Sociedade Ibérica de Filosofia Medieval que englobasse os dois países da península, reunindo esforços para uma reinterpretação e revalorização da tradição cultural e dos movimentos institucionais em grande partes comuns durante a Idade Média e início da Idade Moderna.